

# Política

PARTIDOS

## QUEM APOSTA NO FIM DO PMDB?

"Ele não entendeu ou não leu minha entrevista", assim o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, respondeu à admoestação do presidente do partido, Ulysses Guimarães, que aproveitou para mandar um recado para todos os peemedebistas que pensam em deixar o partido: quem quiser pode sair, mas corre o risco de ser excluído da vida pública. "O recado do chefe foi, sem dúvida, para o Centrão, onde existem peemedebistas votando contra a orientação do programa do PMDB", afirmou o senador.

Fernando Henrique explicou ter analisado em sua entrevista a necessidade de se dar uma "mexida" no PMDB, para fazê-lo voltar aos antigos rumos, através de uma convenção nacional. A resposta de Ulysses veio contundente: ele afirmou ter conhecido muitos peemedebistas que deixaram o partido apostando na sua implosão, mas

lembrou que, ao contrário, foram esses políticos que tiveram suas carreiras encerradas.

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) — que considera uma "temeridade" a criação de um novo partido agora — também lembrou que "todos os que deixaram o partido foram punidos, como Itamar Franco, em Minas, Freitas Nobre, em São Paulo, e Amadeu Ceará, no Paraná", referindo-se a candidatos derrotados nas últimas eleições.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, disse apenas que quem não segue a linha do partido "não se sente bem e, automaticamente, sai do partido". E não quis interpretar se o recado de Ulysses foi dirigido aos peemedebistas que votam com o Centrão: "Palavra de presidente do partido a gente não interpreta: ouve e fica quieto".



F. Henrique



Maurílio



Covas

### Autocrítica

O senador paranaense José Richa concordou com Ulysses em que "quem sair agora corre o risco de tomar uma decisão precipitada", mas afirmou que ameaças não vão impedir dissidências. Por isso ele justificou sua preocupação e a de outros "históricos", citando Fernando Henrique Cardoso, Mário

Covas e Franco Montoro, em se reunir para uma "autocrítica séria". Richa também não acredita no fim do PMDB, mas defende um "rearranjo" depois da Constituinte. "Entre um reajustamento e jogar fora um patrimônio de 15 anos há uma grande diferença. Queremos salvar o PMDB, mesmo porque se ele implodir a própria democracia poderá correr riscos."

Pessoalmente, o senador Fernando Henrique Cardoso — mesmo defendendo o esforço para resgatar os antigos compromissos do partido — não crê numa "reviravolta", prevendo que progressistas e históricos do PMDB acabarão deixando o partido. Mas ponderou que a decisão deve ser coletiva, "pois de nada adianta adotar um caminho sozinho". Por isso insistiu na convocação de uma convenção nacional para janeiro.

Lembrando que as diretrizes fixadas na última convenção do PMDB sobre a dívida externa não foram levadas em consideração pelo ministro Bresser Pereira, Fernando Henrique Cardoso reconheceu o descumprimento mas, apesar disso, acha que um derradeiro esforço deve ser tentado.

Por enquanto, a reunião dos "históricos" do partido para uma "autocrítica" está na dependência de um consenso quanto à melhor

data. Alguns querem que o encontro seja dia 17, quinta-feira, mas em princípio a reunião deverá ocorrer no dia 21 — que a maioria considera inconveniente, até por dificuldades de vagas nos aviões, pela proximidade do Natal.

Particularmente, Mário Covas quer que o encontro seja marcado para o início de janeiro, após o "recesso branco". O senador Severo Gomes no entanto tem pressa e defende a reunião no dia 17: "Precisamos discutir logo a situação interna do partido".

Enquanto isso, o Diretório Nacional do PMDB reúne-se hoje para analisar o recurso de três filiais por São Paulo, expulsos pelo Diretório Regional: deputada estadual Ruth Escobar e vereadores Almir Guimarães, Jamil Achade Andrade Figueira. O Conselho Ético partidário votou contra os recursos, endossando a expulsão por infidelidade partidária.

**DESTAQUE POLITICO**

"Se até março não estiver pronta a nova Carta, não poderemos mais andar na rua."

Deputado César Cals Neto (PDS-CE)

**Cartões Presidenciais**

Apesar de ter determinado expressamente aos ministérios e aos órgãos do Executivo que evitassem desperdícios nas festas de fim de ano, o próprio presidente Sarney autorizou uma despesa de Cz\$ 114 mil para confeccionar quatro mil cartões com "os melhores votos de Boas Festas e Feliz Ano Novo". A existência dos cartões, em alto relevo francês, com o brasão da República ao alto e impresso em tinta ouro, é reconhecido no Palácio do Planalto, mas a lista dos contemplados é secreta.

**Sem Comentários**

O governador do Rio, Moreira Franco (foto) decidiu não mais comentar as declarações do assessor de comunicação da presidência, Getúlio Bittencourt, de que "Sarney disse que o governador fluminense anda ideologicamente mal acompanhado". Segundo Moreira, o próprio Sarney encarregou-se de desmentir o comentário no último fim de semana, quando esteve no Rio e foi procurado pelos repórteres para saber como ia o relacionamento entre os dois. "É excelente", disse Sarney.

**Cálculos Millionários**

Pelos cálculos do ex-secretário de governo de Minas, deputado Carlos Cotta, o governador Newton Cardoso provocou um prejuízo de Cz\$ 1 milhão aos cofres públicos para receber sete constituintes do Centrão neste fim de semana, em Belo Horizonte. "Todo esse festival de mordomias foi feito por Cardoso com o único objetivo de se autopromover", denunciou Cotta. "Ele quer ser um político de prestígio nacional, a qualquer custo, e procura ser o mentor do Centrão para agradar o presidente Sarney, imaginando que poderá conseguir mais dinheiro do governo federal."

**Covas-Brizola**

O encontro entre o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, e o ex-governador Leonel Brizola (foto) poderá ocorrer ainda hoje, em Brasília. Brizola vai aproveitar a viagem para examinar com Covas uma estratégia comum de atuação entre o PMDB, o PDT, o PT e demais setores partidários do presidencialismo da redução do mandato presidencial.

**Pensão Illegal**

O advogado Antônio Carlos Otoni Soares ingressou ontem na Justiça carioca com uma ação popular para conseguir a ilegalidade da pensão mensal de dez salários mínimos concedida a Luís Carlos Prestes pela prefeitura do Rio. Otoni considera que os "herdeiros políticos" de Getúlio Vargas, "membros do PDT, integrantes da descontraída esquerda fluminense", resolveram presentear o ex-capitão "procedendo como se o erário municipal fosse propriedade particular do grupo".

**Infração Disciplinar**

A punição ao capitão Luiz Fernando de Almeida, por ter invadido a prefeitura de Apucarana, poderá ser bem mais branda, caso o juiz-auditor aceite a tese do advogado do militar. Segundo ela, o capitão não cometeu crime militar, mas uma mera infração disciplinar. O capitão deverá ser julgado na próxima sexta-feira.

**Expulsão do PT**

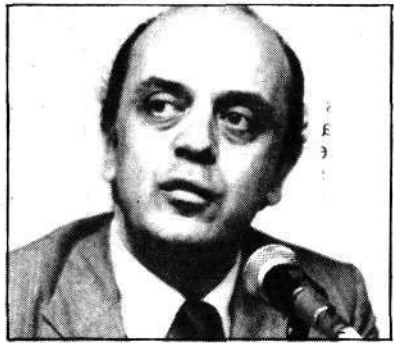
Por 44 votos a um, o diretório do PT de Santo André expulsou da agremiação o vereador Geraldo Granela, o mais votado nas eleições de 1982. Granela é acusado de descumprir o regulamento do partido, ao deixar de contribuir com 30% de seus proventos. Com essa perda, o PT reduziu à metade sua bancada na Câmara Municipal de Santo André. Granela comparou sua expulsão aos atos da ditadura militar, "que punia aqueles que denunciavam os desmandos e a corrupção existentes no governo".

## Presidencialismo x Parlamentarismo

Vendo no parlamentarismo uma forma de acabar com o fisiologismo na política brasileira, o senador José Richa e o deputado José Serra defenderam ontem na USP esse sistema de governo.



José Richa



José Serra

O parlamentarismo é um remédio que pode ajudar na cura dos males crônicos do País como o fisiologismo, apesar de ser rejeitado pelas elites e pelo povo, na análise do senador José Richa, do PMDB, líder do grupo dos 32: "As elites são contra, porque sabem o que é. O povo também é contra, porque não sabe o que é. As elites nunca poderiam num sistema parlamentarista influenciar um ministro para fazer acordos que moralmente não são corretos, porque descoberta a irregularidade o gabinete cairia imediatamente".

Richa participou ontem pela manhã da abertura do simpósio "Parlamentarismo ou Presidencialismo" promovido pelo Departamento de Ciência Política da USP. Defendeu com convicção o parlamentarismo, apesar do auditório quase vazio. Praticamente não encontrou opositores à sua tese. A professora Eva Blay e o professor Eduardo Kugelmas, ambos da USP e debatedores do simpósio, confessaram simpatia pelo sistema de governo parlamentar e levaram Richa a especificar um pouco mais suas ideias. A razão da crise institucional crônica do País é, segundo Richa, "a existência de um Executivo forte, de um Legislativo fraco e um Judiciário impotente, incapaz de vigiar o Executivo". Ele acredita que mesmo que se restaurem as prerrogativas do Legislativo não se conseguirá "coibir o poder quase imperial do presidente da República no Brasil".

A crise e o fato de a Nação ter perdido a confiança na classe política apontam para outra saída, a seu ver, que é o parlamentarismo. Richa defendia — antes da instalação do novo regime — a implantação do voto distrital puro, a formação de partidos fortes e bem estruturados e uma tecnoburocracia eficiente e estável. Agora considera todos esses fatores "secundários".

— O ideal seria primeiro preparar o País para o parlamentarismo. Tanto que apresentei emenda para que ele entrasse em vigor em 1994. Depois vi que não havia condições para esperar. A luta pelo poder é suja, me enoja até. O risco menor era adotar o parlamentarismo já.

lha" os políticos, ao contrário do que se imagina. "O fisiologismo é feito do mau presidencialismo. O presidente negocia votos que necessita mercantilizando favores e benesses pela falta de apoio. Os políticos são obrigados a entrar dentro do sistema fisiológico da indicação de cargos porque se um não indica o outro sim. E quem não indicou acaba desprestigiado junto às bases. Para a Federação, que tem vários cargos para distribuir, esse tipo de dependência interessa".

No parlamentarismo, as pressões são colocadas de forma mais transparente, disse Richa, citando como exemplo a construção da ferrovia Norte-Sul. "No sistema parlamentarista com a construção de uma ferrovia desse tipo sem apoio dos deputados e da população, o governo cairia imediatamente. O mesmo pode se dizer em relação ao pacote fiscal. Ao contrário, o presidencialismo mantém um contrato indissolúvel com o presidente da República que, mesmo sendo incompetente ou corrupto, tem que ficar lá.

**Decisão Pessoal**

O deputado federal José Serra, à tarde, também defendeu o parlamentarismo: "Para ele, no Brasil, a tendência "à manipulação e ao fisiologismo" parece ser inerente ao sistema presidencialista de governo, porque o Executivo obtém mais facilmente a maioria no Congresso para a aprovação de seus projetos através da "manipulação individual" dos parlamentares.

Serra, ex-secretário de Economia e Planejamento no governo Montoro, foi mais longe. afirmou que o Congresso aprovou a dotação orçamentária para o início da construção da Ferrovia Norte-Sul, uma decisão pessoal do presidente José Sarney, "porque há um sistema montado no Congresso, e este é tão

manipulado que espantou alguns parlamentares de São Paulo".

Alguns críticos do parlamentarismo argumentam que, com a adoção desse sistema de governo, haveria o risco do loteamento de cargos, porque — opinião endossada por Serra — os partidos políticos brasileiros são caracterizados pelo fisiologismo. Mas, segundo o deputado, essa situação "difícilmente pioraria" com o parlamentarismo, porque a responsabilidade pelo governo não seria exclusiva do presidente da República.

Entre os obstáculos à mudança do sistema de governo, José Serra apontou a rejeição da proposta de adoção do voto distrital pela Comissão de Sistematização da Constituinte e a falta da representação proporcional na Câmara dos Deputados. Observou que, atualmente, as regiões Norte e Nordeste são majoritárias na Câmara, embora não tenham mais do que 1/3 da população brasileira, enquanto São Paulo, com 25% da população, tem apenas 60 deputados (12,5%).

**Pelo atraso**

"Na Nova República não há opção preferencial pelos pobres nem pelos ricos, mas pelo atraso", afirmou Serra, garantindo que a criação de Zonas de Processamento para Exportação (ZPEs) representará um "golpe de graça no desenvolvimento da indústria brasileira, que já está em crise há seis ou sete anos".

Participaram ainda da sessão o cientista político Bolívar Lamounier (parlamentarista); o jurista Miguel Reale Jr., que defende o "presidencialismo mitigado"; e o jurista Fábio Konder Comparato, segundo o qual a questão fundamental não é o sistema de governo, mas a necessidade de um governo planejado. Para Comparato, tanto o presidencialismo quanto o parla-

mentarismo são "inadequados, porque reforçam os vícios políticos nacionais, que são o individualismo e o mandonismo".

Para Reale Jr., "um dado inafastável" é o fato de que os candidatos à sucessão do presidente Sarney irão às ruas propor planos de governo, dirigindo-se a uma sociedade que acredita em mudanças através das eleições diretas. Esse tipo de campanha, opinou Reale, seria "incongruente" com o parlamentarismo, sobretudo numa eleição de dois turnos.

Conforme a proposta de Reale Jr., endossada pelo seu pai, o também jurista Miguel Reale, o presidente indicaria o primeiro-ministro (cujo nome seria submetido ao Congresso), e este não teria a função de chefe do governo, mas apenas de coordenador do gabinete ministerial. O Poder Legislativo seria fortalecido. Reale Jr. disse que era parlamentarista, mas mudou de posição em face da realidade política brasileira: "Precisamos buscar um modelo operacional, não um modelo teórico", salientou.

**Causas**

O ex-governador Franco Montoro — que estava no auditório — atribuiu à concentração de poderes inerente ao presidencialismo a dívida externa brasileira, o plano nuclear; a Transamazônica e o projeto da ferrovia Norte-Sul.

Menos de 40 pessoas participaram da seção vespertina do simpósio, na Casa da Cultura Japonesa, também no campus da USP. Seguiu-se a exposição do senador Jarbas Passarinho, presidente nacional do PDS, que defendeu o presidencialismo — "um sistema mais estável" — e o equilíbrio entre o Executivo e o Legislativo, por meio da devolução das prerrogativas parlamentares e a proibição de iniciativa de leis ao presidente da República.

Debateram com Jarbas Passarinho o reitor da USP, José Goldemberg, o cientista político José Alvaro Moisés (USP) e José Eduardo Faria, professor da Faculdade de Direito da USP e editorialista do *Jornal da Tarde*.

O ex-governador do Rio, Leonel Brizola, cuja participação não estava prevista no programa, fará uma exposição hoje de manhã. Um dos debatedores de ontem comentou que Brizola tinha telefonado para a USP pedindo para participar do simpósio.



Caiaido, Sobral e Bardi

### A entrega do título aos homens de visão

A defesa da livre iniciativa e o ataque aos vários planos econômicos da Nova República, inclusive o projeto de reforma fiscal em estudo no Ministério da Fazenda, constituíram a tônica comum dos pronunciamentos de três dos quatro homenageados com o título **Homem de Visão 1987**, ontem, em São Paulo. Os escolhidos deste ano pela revista Visão são o advogado Hércilio Sobral Pinto, o líder da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiaido, o tributarista Ives Gandra Martins e Pietro Maria Bardi, diretor do Museu de Arte São Paulo (Masp).

Em seu discurso para 1.500 pessoas, o líder da UDR atacou o pacote fiscal em estudo no governo, na parte em que este acena com isenção de impostos ao lucro rural que venha a ser depositado em poupança. Para Caiaido, isto "representa em verdade uma coação irresistível a que todo produtor rural deixe de investir em atividade produtiva, pois se o fizer, será tributado e penalizado". Antes do discurso, o líder da UDR voltou a confirmar seu apoio às eleições gerais em 1998. "É hora de todos irmos para as urnas", disse. Já o tributarista Ives Gandra considerou "fundamentais" as eleições diretas, mas só a nível federal, para a Presidência, Câmara dos Deputados e Senado. Quanto ao projeto da Comissão de Sistematização da Constituinte, Ives Gandra afirmou que os congressistas "já aprenderam com não se deve fazer uma constituição". Suas esperanças estão depositadas nas atividades do Centrão. "Resta saber se ele terá densidade para mudar o projeto da Sistematização", disse.

Mas o apoio às eleições no próximo ano não foi unânime entre os homenageados. O advogado Sobral Pinto considerou "absurdas" as eleições gerais. Segundo ele, "isso é aumentar a desordem e a indisciplina que já reinam dramaticamente no País". O quarto homenageado, Pietro Bardi, procurou pautar seu pronunciamento por um tom "otimista". Lembrou a importância de Assis Chateaubriand para a criação do Masp e disse estar certo "de que o Brasil vai superar seus atuais obstáculos".

# PASSE O FIM DE ANO COM SEU DINHEIRO NA MOITA.

**FUNDO AO PORTADOR DO REAL**

Você tem motivos óbvios para aplicar agora no Fundo Ao Portador do Real. Além da segurança, da liquidez e da ótima rentabilidade - 1º lugar entre os 3 maiores Fundos do país, de 01/01 a 30/11 - no Fundo Ao Portador do Real você permanece em total anonimato. Você pode aplicar no Fundo Ao Portador do Real mesmo sem ser cliente do Banco Real: basta falar com o gerente da agência mais próxima. Enquanto seu dinheiro fica rendendo, rendendo, você passa o fim de ano na moita, tranquilo, tranquilo.

**O melhor está no Real**

**BANCO REAL**